

Catando pra não derrubar

Categories : [Reportagens](#)

“É impossível desenvolver o estado apenas catando coquinho na mata”, afirmou certa vez Blairo Maggi, governador do Mato Grosso. Vinda de quem vem, a frase não surpreende. Mas na contramão do agronegócio devastador, do qual Maggi é o principal líder empresarial e político, aldeias indígenas vêm se dedicando ao manejo da floresta em pé. Se isto vai desenvolver o estado ou não, é cedo para saber. Mas o que os índios têm feito para conseguir uma renda sem botar abaixo a Amazônia é justamente catar coquinho. Ou melhor, castanhas.

Nos últimos três anos, triplicou a produção de castanha-do-brasil — também chamada de castanha-do-pará — na região noroeste de Mato Grosso. O crescimento se deve ao Projeto Integrado da Castanha (PIC), iniciado em 2001, que ensina e estimula o manejo florestal entre comunidades indígenas. Numa área de cerca de 1 milhão de hectares de floresta, 48 aldeias das etnias Rikbaktsa e Zoró produzem em torno de 160 toneladas de castanha. É ainda uma gota perto da produção nacional de 34 mil toneladas, mas já representa 50% do que o estado produz.

O projeto é financiado pelo [Fundo Global para o Meio Ambiente](#) (GEF, na sigla em inglês) e conta com apoio técnico da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Nasceu de uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o governo do estado, para o uso sustentável da biodiversidade na região. O noroeste de Mato Grosso sofre grande pressão da indústria madeireira e das fronteiras agrícolas.

Segundo dados da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária (Famev), o PIC explora menos de 10% da capacidade de produção dessas áreas nas quais reina a castanheira (*Bertholletia excelsa*). Especialistas garantem que a extração das castanhas não coloca em risco a reprodução da espécie, pois o método inclui a seleção de sementes e a produção de novas mudas da espécie. Além disso, a castanheira é naturalmente dispersa — o que obriga a extração seletiva — e só sobrevive cercada de outras espécies florestais.

“Ao contrário dos estados do Acre, Pará e Amazonas, onde esse tipo de iniciativa já vem sendo realizado há algum tempo, em Mato Grosso não existia política pública para a Amazônia que valorizasse a floresta de pé. E o pior: o atual modelo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), propagado pelo Estado, visa principalmente à implantação de pastos e gado, o que contribui para o desmatamento. Com esse tipo de iniciativa, o que se pretende, além de fixar o homem na terra, evitar migrações e mais desmatamento, é também valorizar os

recursos naturais da região que são praticamente desperdiçados no atual modelo de exploração, como o óleo de copaíba, o látex e a castanha-do-brasil”, explica o ecólogo Plácido Costa, um dos monitores do projeto em Mato Grosso e responsável pelo componente de Áreas Protegidas do PNUD.

Floresta indígena

De fato, numa região em que mais de 27% do território pertence aos índios, convém acompanhar de perto o uso que eles estão fazendo do solo e o destino que planejam para a floresta. Afinal, grande parte do que resta de mata amazônica no noroeste mato-grossense está justamente nas terras indígenas.

“A pressão no entorno das terras indígenas é muito forte, pois estamos cercados de plantações de grãos, gado, garimpeiros e madeireiros, o que faz com que falte caça e diminuam os peixes em nossos rios. Essa falta de alimento levava muitos índios a trabalharem nas fazendas em volta para poderem comprar comida e remédios. Agora, principalmente durante o período da safra da castanha, entre novembro e abril, os índios têm deixado de trabalhar nas fazendas. Isso que fortalece nossa cultura e ajuda a diminuir o alcoolismo e até mesmo as doenças”, diz Paulo Skiripi, um dos coordenadores da Associação Indígena Rikbaktsa (Asirik).

O apoio técnico para a comercialização era a chave que faltava para tornar a extração economicamente viável. Antes do projeto, a castanha era vendida a cerca de 40 centavos o quilo. Hoje, vale quatro vezes mais: R\$ 1,60. Rende às aldeias 256 mil reais por safra. Os responsáveis pelo projeto falam em um horizonte de mercado com capacidade de compra de 800 toneladas por safra, somente para atender a demanda regional. Nos supermercados, a amêndoia da castanha-do-brasil chega a ser comercializado por 45 reais o quilo.

Paulo Skiripi agora espera fechar parcerias com empresas de cosméticos que utilizam matérias-primas típicas da Amazônia. “Participamos do [Mercado Floresta](#) [evento realizado em novembro em São Paulo] e entre os muitos contatos que fizemos um dos mais interessantes foi com representantes da Natura. A empresa se mostrou disposta em nos ajudar com a certificação do produto como sustentável e não proveniente de atividade que destrua a Amazônia”.

A implantação bem-sucedida junto aos índios levou o PIC a ser ampliado para a Reserva Extrativista Guariba Roosevelt e assentamentos do Incra, como o Vale do Amanhecer. Envolve hoje cerca de 1.700 famílias. Além das castanhas, promove o manejo na extração do látex em seringais nativos, a produção de sementes silvestres para reflorestamento e a extração do óleo de copaíba. “É importante começarmos a trabalhar com outros produtos. Não estamos propondo que a saída para o Mato Grosso é a extração da castanha-do-brasil, mas sim a promoção de atividades econômicas que não devastem a floresta e que auxiliem na criação de um mosaico de

terras protegidas. As comunidades que participam desse tipo de iniciativa têm total interesse de que não se destrua a Amazônia. No caso dos índios, a exploração da castanha, além de assegurar a própria segurança alimentar, também auxilia na gestão do território, pois durante as coletas (nas quais eles podem percorrer áreas de até 10 quilômetros) também acontece a fiscalização de suas terras contra a fixação de posseiros, madeireiras e garimpos ilegais”, conclui Plácido Costa.

O mosaico a que ele se refere diz respeito à implantação de atividades sustentáveis em unidades de conservação e terras indígenas nos municípios de Juína, Castanheira, Juruena, Cotriguaçu, Colniza, Aripuanã e Rondolândia.

* Juliana Arini é jornalista em Mato Grosso e integra o Núcleo de Ecojornalistas do Mato – NEM.